



***Café com o Contabilista (Online)***  
***Uma parceria entre o TRE/MG, CRC/MG e EJE/MG***



**Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais 2022**

**Júlio César Diniz Rocha**

**Coordenadoria de Controle de Contas Eleitorais e Partidárias – CEP**

**e**

**Domingos Rodrigues Zati**

**- Seção de Auditoria e Fiscalização de Contas Eleitorais – SACOE**

# **FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

**1º TEMA: FINANCIAMENTO DA CAMPANHA  
[REQUISITOS, LIMITES E ARRECADAÇÃO DE RECURSOS]**

**Júlio César Diniz Rocha**

## Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais

### LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- ❖ **LEI 9.504/97** (LEI DAS ELEIÇÕES)
- ❖ **RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019 – ALTERADA PELA RES. TSE Nº 23.665/2021** (DISPÕE SOBRE FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ELEIÇÕES);
- ❖ **RESOLUÇÃO TSE Nº 23.605/2019** (DISPÕE SOBRE O FEFC – FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA);
- ❖ **COMUNICADO BACEN Nº 35.979/2020** (DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS PARA AS ELEIÇÕES);
- ❖ **PORTARIA CONJUNTA TSE/RFB – Nº 74/2006** (DISPÕE SOBRE A TROCA DE INFORMAÇÕES E DADOS ENTRE O TSE E A RFB);

## Fluxo da Prestação de Contas Eleitorais



Providências Preliminares



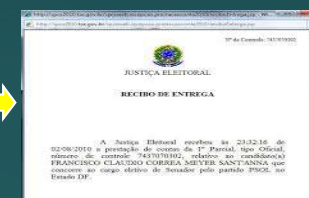
Arrecadação de recursos



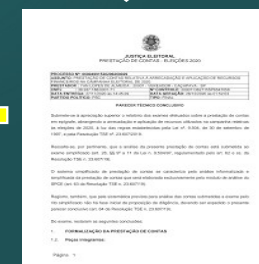
Gastos eleitorais



Registro e Envio  
no Sistema  
SPCE 2022



Prestação de Contas



Análise Técnica  
(Diligência ou Parecer)



Impugnação



Vistas ao Candidato(a)  
ou Partido



Parecer do MPF



Julgamento das Contas  
pela Corte do TRE-MG



Recurso (TSE)

## Financiamento das Contas Eleitorais

### Federação:

- ❑ Aplicam-se à federação de partidos todas as normas que regem as atividades dos partidos políticos no que diz respeito às eleições, inclusive no que se refere à escolha e registro de candidatos, à arrecadação e aplicação de recursos em campanhas eleitorais, à propaganda eleitoral, à contagem de votos, à obtenção de cadeiras, à prestação de contas e à convocação de suplentes (Lei nº 9.096 /1995, art. 11-A, § 8º; e Lei nº 9.504/1997, Art. 6º-A). (Resolução nº 23.665/2021)
- ❑ A prestação de contas da federação corresponderá aquela apresentada à Justiça Eleitoral pelos partidos que a integram e em todos os níveis de direção partidária. (Inserido pela Resolução nº 23.665/2021)

## **Financiamento da Campanha**

- **PRE´- REQUISITOS**

### **1 - Candidatos:**

- A - requerimento do registro de candidatura;
- B - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- C - abertura de conta bancária específica; e
- D - emissão de recibos eleitorais, por meio do SPCE, na hipótese de doações estimáveis em dinheiro e doações pela internet.

### **2 - Partidos:**

- A - o registro ou a anotação conforme o caso, no respectivo órgão da Justiça Eleitoral;
- B - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- C - abertura de conta bancária específica; e
- D - emissão de recibos de doação, por meio do SPCA.

## Financiamento da Campanha

- Datas Inicial e Final para Arrecadação e Gastos

- ☐ Os gastos de campanha por partido político ou candidato somente poderão ser efetivados a partir da data da realização da respectiva convenção partidária, observado o preenchimento dos pré-requisitos.
- ☐ Partidos políticos e candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.
- ☐ Após a eleição, é permitida a arrecadação de recursos exclusivamente para a quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.



## Financiamento da Campanha

- LIMITE DE GASTOS

- Os limites de gastos, bem como o da contratação de pessoal, nas campanhas dos candidatos às eleições serão definidos por lei, devendo o TSE, em até 20 de julho/2022, publica-los:

**OBS: Apenas como referência, os valores com limite de gastos aplicados nas Eleições de 2018 foram:**

- Presidente da República → R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), havendo segundo turno, poderão utilizar até 50% deste mesmo valor;

Minas Gerais (Eleitorado de 17.706.144):

- - Governador → R\$ 14.000.000,00 (+ até 50%, se houver 2º Turno)
- - Senador → R\$ 4.200.000,00
- - Dep. Federal → R\$ 2.500.000,00 (valor fixo)
- - Dep. Estadual → R\$ 1.000.000,00 (valor fixo)

- O limite de gastos fixado para o cargo da eleição majoritária é único e inclui os gastos realizados pelo candidato ao cargo de vice ou suplente



## Financiamento da Campanha

### • LIMITE DE GASTOS (Continuação)

#### ☐ Compõe o limite de gastos:

- 1 - o total dos gastos financeiros de campanha contratados pelo candidato;
- 2 - as transferências financeiras efetuadas para outros partidos políticos ou a outros candidatos e,
- 3 - as doações estimáveis em dinheiro recebidas.

☐ Os valores transferidos pelo candidato para a conta bancária do seu partido político serão considerados, para a aferição do limite de gastos, no que excederem as despesas realizadas pelo partido político em prol de sua candidatura.

☐ **Gastar recursos além dos limites estabelecidos sujeita os responsáveis ao pagamento de multa no valor equivalente a 100% (cem por cento), podendo os responsáveis responderem, ainda, por abuso do poder econômico.**

## Financiamento da Campanha

- LIMITE DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

- 

- 

**Apenas como referência - Eleições de 2018:**

Cargo	Quantidade
Presidente e Senador	2.227
Governador	4.454
Deputado Federal	1.559
Deputado Estadual	780

## **Financiamento da Campanha**

### **• RECIBOS ELEITORAIS**

- ❖ Devem ser emitidos, para arrecadação de recursos, nas seguintes situações:
  - 1 - estimáveis em dinheiro, inclusive bens e serviços próprios; e*
  - 2 - por meio da internet e cartão de crédito.*
- ❖ Os candidatos deverão imprimir recibos eleitorais diretamente do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE).
- ❖ Os partidos políticos deverão utilizar os recibos emitidos pelo Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA), ainda que as doações sejam recebidas durante o período eleitoral.

## Financiamento da Campanha

### • RECIBOS ELEITORAIS

❖ - É facultativa a emissão do recibo eleitoral prevista nas seguintes hipóteses:

- I - cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cedente;*
- II - doações estimáveis em dinheiro entre candidatos e partidos políticos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa; e*
- III - cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.*

**ATENÇÃO: A dispensa de emissão de recibo eleitoral, prevista nos casos acima, não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas dos doadores e, facultativamente, na de seus beneficiários os valores das operações.**

## Financiamento da Campanha

### • CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DE CAMPANHA (DOAÇÕES)

- ❑ A conta bancária de campanha, para as eleições gerais, deve ser aberta, obrigatoriamente, independentemente de movimentação financeira, em agências bancárias, postos de atendimento bancário **ou por meios eletrônicos**:

*I- pelo candidato, no prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ pela RFB;*

*II - os partidos que não abriram a conta bancária "Doações para Campanha" até 15 de agosto de 2018, ou aqueles que abriram mas não as mantiveram abertas, poderão fazê-lo até 15 de agosto de 2022.*

- ❑ A obrigação prevista acima deve ser cumprida pelos partidos políticos e pelos candidatos, exceto se:

**I - cujo candidato, formal e judicialmente, tenha renunciado, teve o registro indeferido, desistiu ou foi substituído antes do fim do prazo de 10 (dez) dias a contar da emissão do CNPJ de campanha e desde que não haja indícios de arrecadação de recursos e realização de gastos eleitorais.**

## **Financiamento da Campanha**

- **CONTAS BANCÁRIAS – FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC**

- Nas hipóteses de repasses de recursos oriundos do Fundo Partidário (FP) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os partidos políticos e os candidatos devem abrir contas bancárias distintas e específicas para o registro da movimentação financeira desses recursos;
- O partido político que aplicar recursos do Fundo Partidário na campanha eleitoral deve fazer a movimentação financeira diretamente na conta bancária específica do fundo partidário, se já existente;
- É vedada a transferência de recursos entre contas cujas fontes possuam naturezas distintas.

## Financiamento da Campanha

- **CONTAS BANCÁRIAS – DOCUMENTAÇÃO**

As contas bancárias devem ser abertas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

### I - pelos candidatos:

- a) Requerimento de Abertura de Conta Bancária (RAC), disponível na página do TSE;
- b) comprovante de inscrição no CNPJ para as eleições;
- c) nome dos responsáveis pela movimentação da conta bancária;
- d) documento de identificação pessoal;
- e) comprovante de endereço atualizado; e
- f) comprovante de inscrição no CPF.

### II - pelos partidos políticos:

- a) Requerimento de Abertura de Conta Bancária (RAC), disponível na página do TSE;
- b) comprovante da inscrição no CNPJ já existente;
- c) **certidão de composição partidária, disponível na página do TSE na internet ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br))**;
- d) nome dos responsáveis pela movimentação da conta bancária;
- e) documento de identificação pessoal;
- f) comprovante de endereço atualizado; e
- g) comprovante de inscrição no CPF



## Financiamento da Campanha

- **CONTAS BANCÁRIAS – DOAÇÕES PARA CAMPANHA - (DC), FUNDO PARTIDÁRIO - (FP) E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – (FEFC)**

- ✓ O uso de recursos financeiros para o pagamento de gastos eleitorais que não provenham das contas específicas, bem como a arrecadação de recursos que não transite por estas contas, implicará a desaprovação da prestação de contas do partido político ou do candidato;
- ✓ Se comprovado o abuso do poder econômico por candidato, será cancelado o registro da sua candidatura ou cassado o seu diploma, se já houver sido outorgado (art. 30-A, da Lei 9.504/97).

**OBS: Eventual recusa ou o embaraço à abertura de conta pela instituição financeira, inclusive no prazo fixado em lei, sujeitará o responsável ao disposto no art. 347 do Código Eleitoral.**

***Art. 347. Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução: Pena - detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa.***

## Financiamento da Campanha

- ARRECADAÇÃO DE RECURSOS (Fontes/Origens)

Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de:

- 1 - recursos próprios das candidatas e dos candidatos, **inclusive empréstimos**;
- 2 - doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas;
- 3 - doações de outros partidos políticos e de outras candidatas e outros candidatos;
- 4 - comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação;
- 5 - recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a origem dos terceiros doadores e que sejam provenientes: do **Fundo Partidário**; do **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)**, de contribuição de simpatizantes e parlamentares;
- 6 - de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios dos partidos políticos ou gerados pela aplicação de suas disponibilidades.

## • ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

### RECURSOS DO FP E FEFC (Distribuição/Repasses)

1. Na hipótese de federação, os recursos do FEFC devem ser distribuídos aos diretórios nacionais na proporção do direito de cada um dos partidos que integram a federação, consoante os critérios previstos na legislação.
  2. Inexistindo candidatura própria ou em coligação na circunscrição, é vedado o repasse dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para outros partidos políticos ou candidaturas desses mesmos partidos.
  3. É vedado o repasse de recursos do FP ou do FEFC, dentro ou fora da circunscrição, por partidos políticos ou candidatos que não pertençam à mesma coligação e/ou que não sejam coligados.
- ❖ **A inobservância do disposto nos itens 2 e 3 acima configura irregularidade grave e caracteriza o recebimento de recursos de fonte vedada.**

## • ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

### RECURSOS DO FP E FEFC (Critérios obrigatórios)

Os critérios a serem fixados pela direção executiva nacional do partido devem prever a obrigação de aplicação do total recebido do FEFC de acordo com os seguintes percentuais (STF: ADI nº 5.617/DF, DJE de 3.10.2018, e ADPF-MC nº 738/DF, DJE de 29.10.2020; e TSE: Consulta nº 0600252-18, DJE de 15.8.2018, e Consulta nº 0600306-47, DJE de 5.10.2020):

I - para as candidaturas femininas o percentual corresponderá a proporção dessas candidaturas em relação a soma das candidaturas masculinas e femininas do partido, não podendo ser inferior a 30% (trinta por cento);

II - para as candidaturas de pessoas negras o percentual corresponderá à proporção de:

- a) mulheres negras e não negras do gênero feminino do partido;
- b) homens negros e não negros do gênero masculino do partido; e

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL  
DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – FEFC  
(continuação)

III – Quanto ao FEFC, os percentuais de candidaturas femininas e de pessoas negras será obtido pela razão dessas candidaturas em relação ao total de candidaturas do partido em âmbito nacional e, quanto ao FP, em relação ao total de candidaturas do partido em âmbito regional.

- Os recursos correspondentes aos percentuais previstos nos itens I e II anteriores devem ser distribuídos pelos partidos até a data final para entrega da prestação de contas parcial.
- Os recursos provenientes do FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, obrigatória e integralmente, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no momento da apresentação da respectiva prestação de contas, e os provenientes do FP transferidos ao respectivo partido doador para a conta específica desses recursos.

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**

**DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL DE  
FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC**

- ❑ **A verba do FP e do FEFC destinada ao custeio das candidaturas femininas e candidaturas negras deve ser aplicada pela candidata ou candidato no interesse de sua campanha ou de outras campanhas femininas ou negras, sendo ilícito o seu emprego, no todo ou em parte, exclusivamente para financiar candidaturas masculinas ou não negras;**
- ❑ **Na hipótese de repasse ou aplicação irregular de recursos do FP e do FEFC, em desacordo com as regras da legislação, deve o respectivo valor ser recolhido ao Tesouro Nacional pelo órgão ou candidato que realizou o repasse ou aplicação tido por irregular, respondendo solidariamente pela devolução o recebedor, na medida dos recursos que houver utilizado.**
- ❑ **O emprego ilícito de recursos do FP e/ou do FEFC, inclusive na hipótese de desvio de finalidade, sujeitará os responsáveis e beneficiários às sanções do art. 30-A da Lei nº 9.504/1 997, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.**

## • **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS** **DO FUNDO PARTIDÁRIO (FP) E FUNDO ESPECIAL** **DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC**

Exemplo:

Cotas Femininas	Cotas Masculinas
1 - Supondo que o partido tenha 100 candidatos, sendo 60 homens e 40 mulheres e recebeu R\$ 1.000.000,00 de FEFC ou FP, o que representa 40% do gênero feminino e 60% do gênero masculino.	
2 - Supondo que, das 40 mulheres, 18 são negras e 22 não negras, o que representa, respectivamente, 45% e 55%.	2 - Supondo que, dos 60 homens, 26 são negros e 34 não negros, o que representa, respectivamente, 43,33 e 56,67%.
3 - Cálculo da Cota Feminina geral (40% de R\$ 1.000.000,00) = R\$ 400.000,00	3 - Cálculo da Cota masculina geral (60% de R\$ 1.000.000,00) = R\$ 600.000,00
4 - Cálculo da Cota de candidatas negras - 45% de R\$ 400.000,00 = R\$ 180.000,00	4 - Cálculo da Cota de candidatos negros - 43,33% de R\$ 600.000,00 = R\$ 259.980,00
5 - Cálculo da Cota de candidaturas não negras - 55% de R\$ 400.000,00 = R\$ 220.000,00	5 - Cálculo da Cota de candidatos não negros - 56,67 % de R\$ 600.000,00 = R\$ 340.020,00





- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
  - **EMPRÉSTIMOS**

- A utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo somente é admitida quando a contratação ocorrer em instituições financeiras ou equiparadas e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**OBS: O candidato e o partido político devem comprovar à Justiça Eleitoral até a entrega da prestação de contas final:**

**I - devem estar caucionados por bem integrante do seu patrimônio no momento do registro de candidatura;**

**II não devem ultrapassar a capacidade de pagamento decorrente dos rendimentos de sua atividade econômica;**

**III - a realização do empréstimo por meio de documentação legal e idônea; e**

**IV - na hipótese de candidato, a sua integral quitação em relação aos recursos aplicados em campanha.**

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
  - DAS DOAÇÕES (MEIOS)

**As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de:**

- I- transação bancária na qual o CPF ou CNPJ (candidato ou partido) do doador seja obrigatoriamente identificado;
- II - doação ou cessão temporária de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, com a demonstração de que o doador é proprietário do bem ou é o responsável direto pela prestação de serviços;
- III - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares.

## Financiamento da Campanha

- ARRECADAÇÃO DE RECURSOS (Limite em espécie)

- ▶ As doações financeiras recebidas em dinheiro, acima de R\$ 1.064,10, não podem ser utilizadas e devem, na hipótese de identificação do doador, ser a ele restituídas ou, se isso não for possível, devem ser consideradas de origem não identificada (RONI) e recolhidas ao Tesouro Nacional.
- ▶ No caso da utilização das doações financeiras recebidas em desacordo com o acima informado, ainda que identificado o doador, os valores devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional. Além desta consequência, o impacto sobre a regularidade das contas será apurado e decidido por ocasião do julgamento.
- ▶ É vedado o uso de moedas virtuais (Criptomoedas tipo: Bitcoin, Ether (ethereum), XRP, Litecoin, EOS, Cardano, Binance coin, Stellar lumens, etc) ) para o recebimento de doações financeiras.
- ▶ **Obs.1: As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal.**
- ▶ **Obs.2: A regra acima aplica-se também à hipótese de doações sucessivas realizadas por um mesmo doador em um mesmo dia.**

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**  
(Crowdfunding / vaquinha)

- ✓ A partir de **15 de maio** do ano eleitoral, é facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos nesta modalidade, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao cumprimento, pelo candidato, dos pré-requisitos definidos nas alíneas "a" até "c", do art. 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
- ✓ Na hipótese prevista acima, se não for solicitado o registro da candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados aos doadores na forma e nas condições estabelecidas entre a entidade arrecadadora e o pré-candidato.

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**  
(Crowdfunding / vaquinha)

**O financiamento coletivo, se adotado, deverá atender aos seguintes requisitos:**

- 1 - cadastro prévio na Justiça Eleitoral pela instituição arrecadadora, observado o atendimento, nos termos da lei e da regulamentação expedida pelo Banco Central do Brasil, dos critérios para operar arranjos de pagamento;
- 2 - identificação obrigatória, com o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada um dos doadores, o valor das quantias doadas individualmente, a forma de pagamento e as datas das respectivas doações;
- 3 - disponibilização, em sítio eletrônico, de lista com identificação dos doadores e das respectivas quantias doadas, cujo endereço eletrônico, bem como a identificação da instituição arrecadadora, devem ser informados à Justiça Eleitoral, na forma por ela fixada;
- 4 - emissão obrigatória de recibo de comprovação para cada doação realizada, sob a responsabilidade da entidade arrecadadora;

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FINANCIAMENTO COLETIVO)**  
(Crowdfunding / vaquinha)

Continuação...

- 5 – envio imediato, pela entidade arrecadadora, para o candidato e a Justiça Eleitoral, na forma por ela estabelecida, de todas as informações relativas à doação;
- 6 - ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;
- 7 - movimentação dos recursos captados na conta bancária destinada ao recebimento de doações para campanha;
- 8 - observância dos dispositivos da legislação eleitoral relacionados à propaganda na internet;
- 9 - as doações arrecadadas, de valores iguais ou superiores a R\$1.064,10 só podem ser recebidas mediante transferência eletrônica ou cheque cruzado e nominal. Essa regra deve ser observada, inclusive, na hipótese de doações sucessivas realizadas por um mesmo doador em um mesmo dia.

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
  - **DAS DOAÇÕES (LIMITES)**

- As doações realizadas por pessoas físicas são limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano-calendário anterior à eleição e declarados à RFB;
- O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer, entretanto, na hipótese de utilização de recursos próprios dos candidatos a vice ou suplente, os valores serão somados aos recursos próprios do titular para aferição do limite.
- O limite de pessoas físicas não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou à prestação de serviços próprios, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- A doação acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até 100% (cem por cento) da quantia em excesso, sem prejuízo de o candidato responder por abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990;



- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
  - **DAS DOAÇÕES (LIMITES)**

**Atenção!**

- ▶ Não confundir doação recebida da campanha de outro candidato ou candidata (pessoa jurídica, por meio de CNPJ), com a doação do próprio candidato ou candidata (pessoa física, por meio de CPF).
- ▶ É permitido à candidata ou ao candidato, na condição de pessoa física e cidadão, efetuar doações diretamente para outros candidatos, candidatas ou partidos políticos. Nessa situação, a doação deve observar o limite de até 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador ou doadora no ano calendário anterior à eleição.
- ▶ Todavia, a doação da candidata ou do candidato (como pessoa física) para outra campanha não pode gerar benefício para a própria campanha (recebimento de doações daquele candidato(a) para o qual doou), o que configuraria doação para a própria campanha, por interposta pessoa.

- **ARRECADAÇÃO DE RECURSOS**
- **DAS DOAÇÕES (FONTES VEDADAS)**

É vedado a partido político e a candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I - pessoas jurídicas;
- II - origem estrangeira;
- III - pessoa física permissionária de serviço público.

**OBS. 1:** *A configuração da fonte vedada a que se refere o inciso II não depende da nacionalidade do doador, mas da procedência dos recursos doados.*

**OBS. 2:** *A vedação prevista no inciso III não alcança a aplicação de recursos próprios do candidato em sua campanha.*



**Café com o Contabilista (Online)**  
**Uma parceria entre o TRE/MG, CRC/MG e EJE/MG**



**Financiamento e Prestação de Contas Eleitorais 2022**

**Júlio César Diniz Rocha**

**Coordenadoria de Controle de Contas Eleitorais e Partidárias – CEP**

**e**

**Domingos Rodrigues Zati**

**- Seção de Auditoria e Fiscalização de Contas Eleitorais – SACOE**